

A ordem no governo é a volta do crescimento

Depois das reformas previdenciária e tributária, essa é a grande prioridade

BRASÍLIA – A retomada do crescimento econômico é a ênfase prioritária, a partir de agora, do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Depois de tornar inequívoco o empenho do governo para aprovação das reformas previdenciária e tributária, o presidente Lula e seus ministros unificam o discurso de que estão criadas as condições para a reativação da economia de forma sustentada, gradual e responsável. As medidas nesta direção já foram adotadas, como o controle da inflação e queda gradual das taxas de juros, e o País poderá ingressar em um novo ciclo econômico já a partir do próximo ano com um crescimento de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo estimativas extra-oficiais.

“As condições para a retomada do nível de atividade nos próximos meses já estão dadas”, afirmou o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles a uma plateia de corretores ontem em São Paulo. A interlocutores mais próximos, o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, tem dito que até o fim do ano as condições de infraestrutura estarão melhores, pois o governo está decidido a investir no setor para dar início a novo ciclo econômico.

Palocci também aposta na aprovação da reforma tributária, ainda que limitada à unificação do ICMS e à aprovação da nova CPMF, como mais um fator de estímulo à economia. Ele costuma descrever aos seus interlocutores que a questão da taxa de juros atingiu um platô e a lógica, agora, é de queda gradual com a retomada do desenvolvimento.

Desde ontem, o governo, na ênfase de demonstrar o discurso unificado, introduziu o ministro da Casa Civil, José Dirceu, no cenário econômico, promovendo

uma entrevista coletiva com ele e Palocci juntos. “Todo o esforço que estamos fazendo é para criar as condições para novos investimentos”, definiu Dirceu.

O ministro da Fazenda concorda com os estudos que indicam a possibilidade de crescimento de 4% no ano que vem. Segundo ele, as condições estão dadas porque o País respondeu às ameaças de descontrole da inflação. A política restritiva dos últimos sete meses surtiu o efeito esperado e, agora, o governo vai estimular a economia com uma série de medidas de crédito, já aprovadas pelo presidente Lula. Mas Palocci tem sido claro ao afirmar que será um crescimento gradual porque o governo pretende romper com a característica brasileira de viver aos solavancos.

O presidente Lula tem sido, propositadamente, mais ostensivo no respaldo a Palocci. No seu discurso de quinta-feira, o primeiro que fez à Nação desde a posse, ele fez questão de ressaltar o caráter gradual dos avanços do governo. “Ou começamos a entender que para fazer as coisas direito, e bem-feitas, é preciso um pouco mais de tempo, ou o Brasil vai viver eternamente de improviso em improviso, de sobressalto em sobressalto”, disse o presidente.

Divisor de águas – Lula não tem limitado esse respaldo às suas aparições públicas, mas também no ambiente interno tem feito intervenções favoráveis a Palocci, cobrado pelos colegas por não liberar os recursos para os programas ministeriais. Recentemente, numa reunião informal, Lula chegou a mostrar-se surpreso com a meta de inflação propos-

ta por Palocci, considerando-a excessiva. Conformou-se quando foi apresentado ao risco de novo salto dos juros para se manter uma meta de inflação menor.

O último trimestre deste ano será uma espécie de divisor de águas na economia. As análises oficiais consideram que até lá os investimentos nas áreas de infraestrutura já estarão dando resultados, com a definição, nos próximos dias, dos recursos governamentais que serão liberados ao Ministério dos Transportes para a recuperação de rodovias, bem como a exploração de algumas delas por empresas privadas.

Além disso, as iniciativas do governo para atrair parcerias no setor privado estarão melhor con-

figuradas para permitir, por exemplo, a participação espontânea dos fundos de pensão no processo de retomada dos investimentos domésticos. A equipe de governo está definindo “condições atrativas” que serão apresentadas aos dirigentes de fun-

dos de previdência complementar. “O governo não vai – e nem pode – impor aos fundos que invistam. Vai atraí-los como a qualquer outro investidor”, afirma o ministro Palocci em conversas informais.

A retomada do desenvolvimento econômico ocorrerá, na avaliação do ministro do Fazenda, independentemente do quadro de escassez dos investimentos externos, um fenômeno que Palocci define como mundial. Ele relativiza análises de que a retração dos investidores é decorrente da desconfiança que ainda se teria em relação ao governo Lula.

“Trata-se de um fenômeno

mundial”, diz o ministro. Segundo ele, a queda dos investimentos estrangeiros atingiu mais dramaticamente países como México, Coréia e Rússia, que passaram a ter queda em seu PIB. O Brasil, ao contrário, convive com a escassez dos recursos externos sem apresentar queda do PIB. No primeiro semestre, o País recebeu US\$ 3,5 bilhões de investimentos estrangeiros, contra os US\$ 9,17 bilhões de igual período do ano passado.

Tanto Palocci quanto Meirelles não compartilham da avaliação de que a retração dos investidores tem relação de causa e efeito com o clima de tensão no campo e as invasões do MST. Para ambos, contribui mais para a retração discursos desencontrados, como os do marco regulatório. “Essas invasões são mais preocupantes quando se dão no ambiente urbano”, diz Meirelles.



Antônio Palocci: otimismo quanto à retomada do crescimento

Dida Sampaio/AE